



**PROExC**  
PRÓ-REITORIA  
DE EXTENSÃO E CULTURA

**PROJETO DE EXTENSÃO**  
**ÁREA TEMÁTICA: DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA**

# ***Acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos - aSIDH***

**2023-01 - CREDENCIAMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO COM OU SEM MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

**COORDENADOR(A):** Flavianne Fernanda Bitencourt Nobrega - Docente

**E-MAIL:** flavianne@gmail.com

**UNIDADE GERAL:** CCJ

**UNIDADE DE ORIGEM:** Departamento de Direito Público Geral e Processual

**INÍCIO DO PROJETO:** 2/13/2023 **FIM DO PROJETO:** 12/30/2024

**CARGA HORÁRIA:**

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Faculdade de Direito do Recife - Universidade Federal de Pernambuco - anexo Demec - sala do Programa de Extensão 'Acesso ao Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos'

**OBSERVAÇÃO:**

**RESUMO:** A extensão universitária Acesso ao Sistema Interamericano de Direito Humanos (aSIDH) é hoje um Programa de extensão da UFPE, que tem atuado no sentido de avançar e inovar na forma de pensar o Direito de modo interdisciplinar e colocá-lo em prática para além dos muros, aproximando-o do contexto local para transformar vítimas em protagonistas na defesa de direitos. Em quase 11 anos de atuação (iniciado na UFPB e desde 2016 na UFPE), as atividades de extensão aSIDH estiveram apoiadas em dois pilares: a) educação em direitos humanos – formação de pessoal sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos, com a promoção de oficinas locais e realização de minicursos de capacitação com estudantes, profissionais do direito, sociedade civil e grupos socialmente vulneráveis; b) assistência jurídica em matéria internacional em demandas estratégicas, construindo teses jurídicas, em defesa de indivíduos e de grupos de indivíduos, socialmente vulneráveis, a partir dos parâmetros internacionais de proteção para que se tornem protagonistas no monitoramento e defesa de direitos (NÓBREGA, 2021). Adota-se, assim, o método Paulo Freire no pilar educação em direitos humanos e na construção de condições para a transformação de vítimas em protagonistas na defesa de seus direitos violados. Assim, os estudos sobre controle de convencionalidade é reconstruído pelo olhar do oprimido, fomentando a litigância estratégica de temas sensíveis aos grupos socialmente vulneráveis na educação popular. A essência está no protagonismo das vítimas, para que elas atuem também como agentes efetivadores dos seus direitos e garantias e possam modificar a realidade em que estão inseridas.